

## **8 – OBJETIVOS, HIPÓTESES E DIRETRIZES DO PERH/PB**

Neste item do PERH propõe-se a especificação dos objetivos do Plano, bem como do processo de formulação e aprovação de hipóteses de trabalho que devem integrar as diretrizes e os instrumentos para as intervenções nas unidades de planejamento de recursos hídricos do estado da Paraíba. Com bases nestas diretrizes, foram formuladas alternativas de intervenção, estruturais e não-estruturais, em cada unidade de planejamento, consolidadas nos cenários alternativos, apresentados e discutidos no item 9.

### **8.1 – OBJETIVOS DO PERH/PB**

O Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba tem como objetivo principal fundamentar e orientar a implementação dos demais instrumentos de gestão dos recursos hídricos previstos na Lei 9.433/97 em consonância com a Legislação Estadual, Lei 6.308/96. Além de atender ao objetivo principal o Plano tem por objetivos específicos:

- Fornecer subsídios para a implantação da gestão de recursos hídricos de forma integrada com o uso do solo;
- Determinar as disponibilidades e as demandas de recursos hídricos, os princípios e regras de alocação de água nas bacias e sub-bacias, entre os diferentes setores usuários e nas diferentes regiões fisiográficas em que a Bacia foi dividida, de forma a garantir o balanço satisfatório entre disponibilidade e demanda de água superficial e subterrânea, em quantidade e qualidade, para o cenário atual e futuro;
- Promover, apoiar e implantar ações destinadas a organizar e assegurar o uso múltiplo e sustentável das águas superficiais e subterrâneas das Bacias de forma a que todos os usos potenciais possam ter lugar em consonância com as disponibilidades e demandas locais, estabelecendo-se regras de operação para minimização de conflitos atuais e prevenção de instalação de conflitos futuros;
- Promover a melhoria dos usos múltiplos da água, dos recursos hídricos, previsão de eventos extremos e administração de suas consequências, controle de processos de erosão e sedimentação;
- Atingir metas progressivas de melhoria dos serviços de saneamento ambiental nas Bacias do Estado, associadas aos programas de investimento em sistemas de abastecimento de água, sistema de coleta e tratamento de esgotos urbanos e de coleta e disposição final de resíduos sólidos, que guardam relação direta com a qualidade de vida dos cidadãos residentes nas hidrográficas do estado e também se rebatem diretamente sobre a qualidade das águas dos cursos d'água;
- Criar condições mínimas para o acesso à água e a permanência de populações residentes na zona rural de clima semi-árido;

- Promover a participação dos atores locais no processo de gestão e gerenciamento dos recursos hídricos;
- Definir diretrizes, critérios e prioridades de outorgas;

Prever mecanismos e estratégias para implementação do Plano.

## **8.2 – FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES DE TRABALHO**

No processo de formulação e aprovação das hipóteses foi adotada a Técnica Delphi, também denominada de Conferência de Consenso, cujo objetivo é obter consensos de especialistas com referência a determinadas questões, com um mínimo de influência pessoal.

A técnica Delphi consiste na realização de consulta a especialistas, sobre cenários ou situações hipotéticas formuladas a partir das informações disponíveis. Nesse sentido foi elaborado um Resumo Executivo do Diagnóstico. Em função dos conhecimentos reunidos no Resumo Executivo distribuído, hipóteses preliminares de trabalho foram estabelecidas pela equipe do PERH.

Foi realizada uma reunião para a Conferência de Consenso, para a qual foram convidados especialistas de vários órgãos governamentais, das esferas federal (DNOCS, IBAMA, EMBRAPA, UFPB, UFCG, entre outros) e estadual (AAGISA, SAIA, SEOF, CAGEPA, SUDEMA, entre outros), e da sociedade civil organizada e não organizada (iniciativa privada). O processo contou, destarte, com 22 especialistas, representando a Comunidade Técnica e Científica da Paraíba. Cada um dos participantes recebeu um exemplar do Resumo Executivo do Diagnóstico e um documento contendo as hipóteses de trabalho formuladas pela equipe de consultores.

Para alcançar o fim desejado na Conferência de Consenso, foram necessárias duas rodadas de análises, onde os especialistas recebiam a lista de hipóteses, expressavam suas opiniões e recebiam de volta um relatório informando os consensos e os dissensos resultantes de cada rodada. Na aplicação dessa técnica, as contribuições individuais são mantidas no anonimato, para evitar o problema da influência do trabalho em grupo, ou causado pela não-manifestação, em função de *status*. Minimizam-se assim as influências externas na busca dos consensos.

## **8.3 – AS DIRETRIZES DO PERH**

As diretrizes do PERH-PB resultaram do que estabelece a legislação, federal e estadual em vigor (Leis 9.433/97 e 6.308/96, respectivamente), e da Conferência de Consenso, que forneceu elementos básicos à concepção de diretrizes regionais específicas.

### **8.3.1 – DIRETRIZES DO PERH-PB ESTABELECIDAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE**

1. A gestão dos recursos hídricos sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade;
2. A adequação da gestão às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do Estado;
3. A integração da gestão dos recursos hídricos com a gestão ambiental;

4. A articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos estadual, regional e nacional;
5. A articulação da gestão hídrica com o uso do solo;
6. A integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras;
7. A organização da oferta de água para as diversas demandas e, em qualquer circunstância, priorizando o abastecimento humano;
8. A proteção dos recursos hídricos contra ações comprometedoras de suas quantidades e qualidades;
9. A maximização dos benefícios sócio-econômicos nos aproveitamentos múltiplos dos recursos hídricos;
10. A racionalização do uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, evitando exploração inadequada;
11. O estabelecimento de áreas de proteção dos reservatórios, mananciais e cursos d'água e demais recursos hídricos destinados aos consumos prioritários;
12. A gestão compartilhada de programas de uso e preservação dos recursos hídricos de corpos d'água de domínio federal com os Estados vizinhos e os de domínio estadual com os municípios a eles relacionados, através da articulação de órgãos gestores governamentais;
13. A cobrança pelo uso da água, através de tarifas que considerem os aspectos e as condições sócio-econômicas das populações usuárias.

### **8.3.2 – DIRETRIZES DO PERH-PB RESULTANTES DA CONFERÊNCIA DE CONSENSO**

Para alcançar o fim desejado na Conferência de Consenso, foram necessárias duas rodadas de análises, nas quais os especialistas recebiam a lista de hipóteses, expressavam suas opiniões e recebiam de volta um relatório informando os consensos e os dissensos resultantes de cada rodada. O consenso foi definido quando as respostas, em acordo ou em desacordo com a hipótese formulada, contabilizaram um valor superior a 66,7% do total das respostas. As hipóteses de trabalho resultantes deram origem às diretrizes regionais de ação a serem propostas para cada unidade de planejamento, expostas a seguir.

1. Em todas as regiões do Estado, o abastecimento de água das populações urbanas e rurais deve ser assegurado para os diversos horizontes do Plano com um nível de garantia de 100% e com qualidade em acordo com as normas brasileiras;
2. A educação ambiental, a divulgação dos princípios, conceitos e regulamentos fundamentais da gestão dos recursos hídricos e do uso racional da água, para a sociedade organizada e a sociedade não organizada, constitui-se em uma ação fundamental para a efetiva implantação do Plano Estadual de Recursos Hídricos;
3. A água é um bem natural e vital e um recurso limitado e de valor sócio-econômico;
4. Serão instituídas e implantadas políticas de captação e uso eficiente das águas subterrâneas e dos recursos hídricos dos pequenos açudes na região do semi-árido paraibano;

5. Políticas públicas devem ser elaboradas para que as reservas de água sem garantia de uso permanente (águas disponíveis nos micro e pequenos açudes, nos aluviões e nos aquíferos da região cristalina), possam ser aproveitadas de forma eficiente para gerar renda e condições dignas de vida no meio rural. Estas políticas públicas devem ser construídas sobre quatro pilares: política de preço, escoamento da produção, crédito e capitalização; política de desenvolvimento, uso e introdução de tecnologias modernas e adequadas às condições, principalmente, da região semi-árida para o uso racional e múltiplo dos recursos hídricos disponíveis; política de relação de cidadania responsável; e política de prevenção dos efeitos danosos das secas;
6. A gestão dos recursos hídricos deve considerar o uso de tecnologias modernas e alternativas visando o aumento da oferta, inclusive o reúso de águas servidas;
7. O uso de tecnologias apropriadas para a irrigação e para os usos urbanos deve ser considerado para horizontes futuros como meio de racionalizar a demanda de água;
8. Os reservatórios de águas superficiais devem ser usados de acordo com suas características quantitativas e qualitativas compatibilizando-as com estes mesmos atributos das demandas, visando melhor benefício sócio-econômico;
9. Devem ser previstos cenários de suprimento hídrico e de desenvolvimento sócio-econômico considerando recursos hídricos exógenos ao Estado (transposição do São Francisco);
10. Os reservatórios superficiais existentes em uma unidade de planejamento devem ser operados e mantidos de forma integrada e eficiente, com o objetivo de manter e incrementar as ofertas;
11. A operação integrada dos reservatórios é viável, a condição de existir efetivos programas de manutenção física dos mesmos e de seus componentes hídricos, assim como efetivo mecanismo de fiscalização dos usos com forte controle por parte da sociedade;
12. Os modelos de irrigação até agora utilizados no Estado devem ser repensados para serem compatíveis com as características pedológicas, hidroclimáticas, a disponibilidade quantitativa e qualitativa de água e as especificidades sociais e culturais das populações beneficiárias.
13. Criar programas prioritários que viabilizam a implantação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos no Estado;
14. A outorga deve ser realizada a partir de informações consistentes das disponibilidades de reservatórios e de aquíferos, à escala unitária e de bacias hidrográficas nas quais se inserem;
15. Deve ser elaborado e implantado um marco regulatório para uso e proteção das águas subterrâneas;
16. Devem ser implementados programas de proteção ambiental e recuperação dos recursos hídricos em cada região de planejamento do PERH. Estes programas devem ser associados a ações de monitoramento;
17. Devem ser consideradas diversas alternativas salutarmente mais adequadas ao suprimento hídrico humano no meio rural, em substituição à pequena açudagem, por sua alta vulnerabilidade em quantidade e qualidade;

18. Deve haver uma maior articulação entre os órgãos gestores de recursos hídricos, visando a compatibilização das suas respectivas competências e a eliminação de superposição de atuação;
19. A preservação e a recuperação da qualidade ambiental dos recursos hídricos estaduais devem se constituir em prioridades da política, de programas e de projetos deste PERH-PB;
20. Deve ser instituída política pública de mitigação dos riscos a desastres no Estado da Paraíba.